



EDUCAÇÃO

Investimento para 2,5 milhões de jovens

Programa Pé-de-Meia pagará R\$ 9,2 mil a estudantes de ensino médio para que conclua os estudos e tenham um futuro

» MAYARA SOUTO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem o decreto nº 11.901, que regulamenta o programa Pé-de-Meia. A poupança do ensino médio será destinada aos 2,5 milhões de jovens cujas famílias estão inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). O orçamento previsto pelo Ministério da Educação (MEC) é de R\$ 20 bilhões para o programa até 2026 — em 2024, R\$ 6,1 bilhões já foram repassados para o projeto.

Segundo o decreto, o governo federal pagará até R\$ 9,2 mil ao longo dos três anos de ensino — parte do montante poderá ser sacada mensalmente. O aluno já poderá receber o dinheiro desde a matrícula, quando receberá uma parcela de R\$ 200. Depois, durante nove meses, esse mesmo jovem poderá sacar mensalmente R\$ 200. Ao final de cada ano letivo, ele receberá R\$ 1.000, que serão retidos na conta-poupança até a conclusão do ensino médio. No último ano, os estudantes também vão receber um bônus se prestarem o Exame Nacional da Educação (Enem). O pagamento dos auxílios está previsto para iniciar já em março deste ano.

O requisito para que os alunos tenham esses valores depositados é ter frequência de 80% nas aulas, passar de ano e participar de avaliações educacionais.

A iniciativa do MEC busca diminuir a evasão escolar. Cerca de 520 mil jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, segundo dados do ministério. Ademais, 73% dos estudantes ficaram abaixo do nível básico em Matemática e 50% abaixo em Leitura no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) de 2022.

“Garantir a formação do ensino médio e toda a educação básica é fundamental para garantir a cidadania, a oportunidade. O grande objetivo diante de toda essa estratégia que estamos construindo nas escolas é

Como funcionará o Pé-de-Meia

O governo federal destinará R\$ 3 mil a cada ano em poupança estudantil. O benefício é destinado a estudantes inscritos no CadÚnico que estejam no Ensino Médio. Parte deste valor poderá ser sacada mensalmente e a outra ao final dos três anos de ensino. No último ano, haverá um bônus para prestar o Enem.

MATRÍCULA

Valor	R\$ 200
Pagamento	Parcela única com saque imediato
Requisito	Efetivar a matrícula em cada ano do Ensino Médio

FREQUÊNCIA

Valor	R\$ 1.800
Pagamento	9 parcelas de R\$ 200 por mês
Requisito	Frequência comprovada no mês ou na média do período letivo

CONCLUSÃO

Valor	R\$ 1.000
Pagamento	Parcela única com saque após a conclusão do Ensino Médio
Requisito	Aprovação no ano letivo e participação nas avaliações educacionais

ENEM

Valor	R\$ 200
Pagamento	Parcela única com saque após a conclusão do Ensino Médio
Requisito	Bônus exclusivo para estudantes do 3º ano realizarem o Enem

Fonte: Ministério da Educação

garantir o auxílio financeiro para que esses jovens permaneçam na escola e não precisem optar entre comida e estudar”, afirmou o ministro da Educação, Camilo Santana, durante apresentação do projeto no Palácio do Planalto. Ele ainda comentou que houve uma taxa de evasão escolar de 7,5% entre 2019 e 2020, o que representa 480 mil jovens fora das escolas.

“Imagine se todo ano a gente perder em torno de meio milhão de estudantes? Garantir a conclusão do ensino médio é garantir produtividade, isso tem um efeito enorme no PIB brasileiro. O salário de quem conclui o ensino médio é 104% maior de quem não conclui”, acrescentou Santana.

O presidente Lula, então, afirmou que é necessário parar de

usar a expressão “gasto” quando se refere à educação e adotar o termo “investimento”. “Não há experiência de nenhum país do mundo que consiga se desenvolver sem que antes tivesse feito investimento na educação”, declarou.

“Esse dinheiro que estamos colocando em educação é para que ele não seja colocado no futuro em prisões. Estamos tentando dar uma chance para que a gente não permita que um jovem, por falta de perspectiva, vá para a droga, às vezes roubando o gás da casa dele para vender e comprar droga. Estamos tentando fazer algo antes que a gente perca esse jovem para o crime organizado”, acrescentou o presidente durante a cerimônia.

Lula enfatizou que “houve um

tempo em que quem governava não se preocupava com a educação neste país”, e que “mulheres e pobres não estudavam”. O chefe do Executivo destacou ter “orgulho” de ser “o presidente sem diploma que mais colocou jovens no ensino superior”.

“Organizar a casa”

Sobre o controle dos investimentos na educação, o ministro pontuou que vem realizando reuniões com a Controladoria-Geral da União (CGU) para criar mecanismos de acompanhamento, mas defendeu que os principais fiscais de qualquer política pública é a população, que deve chegar se o dinheiro está chegando até a escola do seu bairro e até os jovens de sua família.

O presidente e o ministro da Educação ainda aproveitaram a ocasião para comentar como encontraram o MEC no início da gestão. O principal destaque foi para a falta de reajuste nos repasses para merendas e transporte escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estava há seis anos sem revisão de valor e recebeu 39% de incremento. Já o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) teve aumento de 16% no orçamento e compra de cerca de 16 mil ônibus.

Santana explicou que 2023 foi ano de “organizar a casa” e que há previsão de mais entregas. Já o presidente Lula ressaltou que tem “muita confiança” na maneira em que o ministro está conduzindo a Educação no Brasil.

Bolsas serão universalizadas

O ministro Camilo Santana aproveitou o lançamento do programa Pé-de-Meia, voltado ao ensino médio, para falar também sobre o ensino superior. Ele anunciou que a bolsa de auxílio permanência será universalizada para todos quilombolas e indígenas que estiverem em universidades públicas. O valor já está previsto no orçamento deste ano, segundo ele.

“Ampliamos as bolsas. Na Bolsa de Permanência, aumentamos em 80% o número de indígenas e quilombolas [em 2023]. Quero aqui anunciar, já está neste orçamento, que vamos universalizar as bolsas de assistência estudantil para indígenas e quilombolas em todas as universidades em 2024”, declarou Santana.

O Programa Bolsa Permanência oferecia, até então, 10 mil bolsas, contabilizadas as bolsas vigentes e a disponibilidade orçamentária. O valor mensal é de R\$ 1.400. Criado em 2013, o projeto teve o primeiro reajuste no ano passado. Foram mais de 25 mil bolsistas contemplados. A bolsa de auxílio também atende integrantes do Proni e estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estejam matriculados em universidades públicas.

Além disso, o titular do MEC comentou a situação do novo Plano Nacional da Educação (PNE) — o que está em vigência define metas até este ano e precisa ser atualizado. Em uma série de audiências, realizadas ao longo de 2023, o governo definiu o conteúdo do texto. “É o documento que vai para a Cognae (Conferência Nacional de Educação), que dura até quarta-feira. Esse documento base servirá para que o MEC elabore a proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional”, detalhou. (MS)

SOCIEDADE

Visibilidade trans completa 20 anos com ações inclusivas

» HENRIQUE FREGONASSE*

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) lançou a campanha *Os 20 anos da visibilidade trans no Brasil* para lembrar as duas décadas do Dia Nacional da Visibilidade Trans, comemorado na próxima segunda-feira. Paralelamente, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) realizará, também na segunda, o primeiro mutirão de alistamento militar para homens trans e pessoas trans masculinas.

Considerado o mês da Visibilidade Trans, janeiro tem trazido reflexões sobre a situação de pessoas transgênero no país, da aceitação da transexualidade e da busca por acesso à saúde, educação, emprego e renda digna, além do combate ao preconceito e à transfobia.

Com a campanha, o governo federal ressalta avanços conquistados pela população transgênero nesses 20 anos de luta e desafios desde o dia 29 de janeiro de 2004, quando foi lançada,

no Congresso Nacional pelo Ministério da Saúde, a campanha Travesti e Respeito. Nas redes sociais, a pasta promove ações digitais sobre conscientização e promoção do respeito e cidadania.

Destacando palavras como “orgulho”, “existência”, “conscientização” e “resistência”, as peças digitais da campanha informativa visam esclarecer temas como: “O que é uma pessoa trans? Como funciona o processo transsexualizador? Quais são os tipos de violações mais sofridas pela população trans? No que avançamos? E quais são os desafios?”.

“Começar (o ano de 2024) com as celebrações dos 20 anos da visibilidade trans é extremamente representativo e estratégico para a população LGBTQIA+. Convido todas as pessoas para prestigiar os momentos alusivos a essa data”, disse a secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do MDHC, Symmy Larrat.

Expoente da luta da comunidade trans no Brasil, a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP)

Fernando Frazão/Agência Brasil



Parada LGBTQIA+ no Rio de Janeiro: luta pelo direito de ser cidadão

— que se identifica como travesti — fez uma postagem em seu perfil no X (antigo Twitter) saudando a data e convocando a participação dos seguidores para apoiar o ato.

“São 20 anos de luta e resistência pelo nosso direito de existir, de termos trabalho digno, acesso à educação, saúde e segurança e o

respeito à nossa vida. Então, convido todas, todos e todes vocês pra lutar: Em Brasília em frente ao Congresso Nacional acontece a Marsha Trans, organizada pela @AntraBrasil e o @IBRATNacional, no dia 28 de Janeiro às 13h. E em São Paulo, no vão do MASP tem a Caminhada Trans, liderada pela

Jacque Chanel, também no dia 28, às 14h”, diz a postagem.

Mortes violentas

Frequentemente citado como o país que mais mata pessoas trans, o Brasil teve, em 2023, 257 pessoas LGBTQIA+ mortas de forma violenta — o que equivale a uma vítima a cada 34 horas. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB), responsável pelo levantamento, 127 dessas vítimas eram travestis ou transgêneros.

“Pela segunda vez em quatro décadas, as (mortes de) travestis ultrapassaram em número absoluto a dos gays. Isso é preocupante porque travestis e transsexuais representam por volta de 1 milhão de pessoas e os gays representam 10% da população do Brasil, cerca de 20 ou 22 milhões de pessoas. Então, a chance ou o risco de uma trans ou travesti ser assassinada (no país) é 19 vezes maior do que para um gay ou uma lésbica”, ressaltou Luiz Mott, fundador do GGB.

Segundo o relatório, 29,5% das vítimas morreram em casa, enquanto outros 25% foram assassinadas nas ruas ou em espaços públicos ou externos. “Persiste o padrão de travestis serem assassinadas a tiros na pista, terrenos baldios, estradas, motéis e pousadas, enquanto gays e lésbicas são mortos a facadas ou com ferramentas e utensílios domésticos, sobretudo dentro de seus apartamentos”, diz o relatório.

De acordo com o relatório anual de 2022 da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), a expectativa de uma pessoa trans ou travesti no Brasil é de apenas 35 anos. A expectativa de vida média do brasileiro é de 75,5 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

* Colaboraram Marina Dantas e Vitória Torres

*Estagiários sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza